

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 9153/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de 30 de Setembro de 2005, por delegação de competências do director-geral dos Impostos:

Carolina da Conceição Santos, auxiliar administrativa — nomeada, ao abrigo do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em comissão de serviço extraordinária, por seis meses, para exercer funções de telefonista, escalão 8, índice 228, com vista à posterior reclassificação, ficando colocada nos Serviços Centrais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 9154/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Impostos de 12 de Setembro de 2005:

António dos Santos Pereira, chefe do Serviço de Finanças do Fundão — nomeado, em regime de substituição, chefe do Serviço de Finanças de Castelo Branco 1, por impedimento do titular do cargo com efeitos reportados a 18 de Novembro de 2002 e até 29 de Maio de 2005.

António dos Santos Pereira, chefe do Serviço de Finanças do Fundão — nomeado, em regime de substituição, chefe do Serviço de Finanças de Castelo Branco 1, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 30 de Maio de 2005.

Aurélio Pegada Olo, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Vila Real — nomeado em regime de substituição, chefe do Serviço de Finanças de Alijó, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 11 de Abril de 2005.

Helder José Carriço Vila Nova, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Chaves — nomeado, em regime de substituição,

chefe do Serviço de Finanças de Murça, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 18 de Julho de 2005, e cessa nessa data a nomeação, em regime de substituição, naquele cargo, o TAT 1 Carlos Alberto Rodrigues Teixeira.

António Manuel Saraiva Figueiredo, técnico de administração tributária, nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe do Serviço de Finanças de Mira, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 29 de Agosto de 2005.

Carlos Humberto Gonçalves de Sousa, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Ourém — nomeado, em regime de substituição, chefe do Serviço de Finanças de Ourém, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 31 de Maio de 2005.

7 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 9155/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral dos Impostos de 26 de Setembro de 2005, no uso de competência delegada do director-geral, são nomeados, em comissão de serviço extraordinária, com efeitos a 6 de Outubro de 2005, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico de administração tributária-adjunto, por um período de um ano, tendo em vista a sua reclassificação profissional com provimento em lugar vago do quadro da referida categoria, se para tal vierem a revelar aptidão, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, os funcionários constantes da lista anexa, com indicação do serviço de finanças onde as referidas funções irão ser desempenhadas, sendo remunerados pelo escalão 1, índice 259. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Número de funcionário	Nome	Cotação	Colocação
11409	Ana Maria O. Santos Mendes	16,352	Lisboa — 1.º Bairro.
13101	Maria Cristina Conceição Domingos	16,130	Oeiras — 1.
11464	Gabriel Luís Augusto	15,986	Lisboa — 3.º Bairro.
13068	Ana Isabel Parreira Romão Coelho	15,873	Loures — 1.
10797	Sérgio Moreira Silva	15,870	Sintra — 1.
10914	Maria Jesus Franca Martins	15,766	Castelo Branco — 1.
13183	Maria Rosa S. P. Matos Rainho	15,673	Mafra.
11294	Ana Paula F. Rabanal Freire	15,633	Leiria — 1.
10357	Maria Silva Frade Matias	15,624	Amadora — 2.
10600	Zurita Laureana F. A. Pires Alberto	15,458	Almada — 1.
12453	Armando Gameiro Pedro	15,292	Torres Novas.
555	Célia Teixeira R. Silva Rodrigues	15,222	Almada — 1.
12483	Maria Albertina S. Ferreira Pinto	15,068	Porto — 4.º Bairro.
11725	Virgínia Antonieta J. P. Moreira Magalhães	14,971	Porto — 4.º Bairro.
12972	Julietta Anjos Fernandes Pires	14,931	Braga — 1.
12156	Maria Manuela F. Ligeiro Fonseca	14,911	Cascais — 2.
12514	Sónia Patrícia G. Baptista Rodrigues	14,854	Lisboa — 2.º Bairro.
12927	Carolina Silva Feliz	14,762	Ourém.
11132	Maria Fernanda S. Pereira Coutinho	14,560	Ponta Delgada — 1.
1273	Suzete Amparo Fortunato Vaz	14,555	Bragança.
13137	Ana Cristina F. C. Costa Braga	14,553	Palmela — 1.
18194	Rosa Maria P. R. Abreu Pais	14,537	Lisboa — 11.º Bairro.
13139	Jaime Manuel Dias Calcinha	14,400	Coimbra — 1.
13076	Pedro Miguel T. Bebiano Barreto	14,333	Coimbra — 1.
17724	Maria José Campos O. Silva Nogueira	14,294	Lisboa — 14.º Bairro.
11144	Patrícia Lucinda Ramos Martins	14,290	Vila Nova de Gaia — 3.
15400	Maria Olinda A. Pereira Alves	14,072	Oeiras — 3 Algés.
13116	Aurora Maria Sousa Pinto	14,053	Porto — 6.º Bairro.
698	Maria Fátima Agostinho Alexandre	14,051	Almada — 3 Costa da Caparica.
15740	Maria José Virgínia Mendes	14,046	Serpa.
13726	Acácio Nuno Pimentão Tavares	14,033	Sesimbra.
14018	Pedro Miguel Esteves Lourenço	14,033	Vila Franca de Xira — 1.
15537	Ana Paula Calaixo	13,993	Almada — 3 Costa da Caparica.
13126	Ana Luísa P. T. Machado Alves	13,953	Vila Nova de Gaia — 1.
11115	João Pedro Silva Faveiro	13,725	Porto — 2.º Bairro.
13787	António Manuel J. Santos Paixão	13,700	Montemor-o-Novo.
11728	Maria Aurora R. S. Carvalho Tinoco	13,680	Sesimbra.
13186	Teresa Maria Silva Guilherme	13,674	Sintra — 4 Queluz.
11500	Lúcia Maria Oliveira Gaspar	13,620	Horta.
15275	Nélia Marisa Dias Domingues	13,533	Vila Franca de Xira — 2.
13715	Sandra Maria M. Almeida Santo	13,505	Lourinhã.
13724	João Martinho T. Pinheiro Santo	13,450	Bombarral.
15564	Ana Maria Ferreira Correia	13,278	Viana do Castelo 1.
13130	Irene Maria A. Santos Moreira	13,164	Santo Tirso — 1.
10349	José Manuel V. Gomes Teixeira	12,961	Guarda — 1.

Número de funcionário	Nome	Cotação	Colocação
15429	Susana Maria F. P. Cardoso Simões	12,866	Sobral de Monte Agraço.
15665	Paulo Jorge R. L. Gomes Silva	12,816	Porto de Mós.
15265	António Manuel Marques Pinheiro	12,533	Santa Comba Dão.
13780	Maria Prazeres Costa Ferreira	12,394	Vila Nova de Famalicão — 1.
15482	Bruno Sérgio Costelha Barrote	12,287	Guimarães — 1.
15323	Pedro Fernando Ângelo Ramos	11,926	Lagoa (Algarve).
18133	Maria Lourdes Ferreira Santos	2,978	Cadaval.

Aviso (extracto) n.º 9156/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Setembro de 2005 do Ministro de Estado e das Finanças:

Manuel Joaquim da Silva Marcelino — renovada a comissão de serviço no cargo de director de Finanças de Lisboa, da Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 9157/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º e no artigo 125.º do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação de 19 de Setembro de 2005 do conselho de direcção deste Instituto, é anulado o concurso interno de acesso misto para preenchimento de dois lugares da categoria de técnico de informática de grau 2, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 17 de Junho de 2005, aviso n.º 6049/2005, por se verificarem alterações nas circunstâncias que originaram a abertura do concurso, designadamente alteração nos requisitos de perfis profissionais para afectação aos projectos em curso.

30 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Paulo Barata Catarino Tavares*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho conjunto n.º 807/2005. — O projecto florestal português (PFP), financiado pelo Banco Internacional para Reconstituição e Desenvolvimento (BIRD) através do Banco Mundial (BM) e levado à prática no período de 1981-1987, materializou-se na arborização por parte do Estado Português de cerca de seis dezenas de milhares de hectares de terrenos particulares e comunitários, maioritariamente com pinheiro-bravo e eucalipto.

Homologadas por despacho do então Secretário de Estado do Fomento Agrário de 16 de Março de 1981, as condições de financiamento da arborização previam o retorno do investimento, nomeadamente com a fixação de uma taxa de compensação anual simples de 10%. Estas condições foram estabelecidas à luz da taxa de crescimento dos preços do material lenhoso, à época determinada pelo Estado com um valor espectacular de 5% acima do valor da inflação e das elevadas taxas de juro bancário que então vigoravam.

Para o efeito foram celebrados contrato de associação em participação entre os privados e o Estado, estabelecendo as condições para o reembolso dos investimentos e a respectiva taxa de compensação, impondo ainda ao Estado obrigações de acompanhamento e assistência técnica às propriedades.

Porém, passados mais de 20 anos, as condições actuais são muito distintas daquelas que serviram de pressupostos às condições criadas na altura. Efectivamente, com a entrada de Portugal no Comunidade Económica Europeia em 1986, a descida drástica das taxas de juro, a liberalização do preço do material lenhoso e as novas condições de apoio à florestação, com subsídios a fundo perdido, colocaram os beneficiários do PFP/BM numa posição muito desvantajosa na perspectiva da amortização em tempo razoável da sua dívida.

Considerando, por outro lado, que esta actividade está acrescida do elevado risco do flagelo dos incêndios e que a perspectiva de não garantir o rendimento esperado promove o abandono e o aumento do risco nestas áreas e que a sua manutenção é um importante con-

tributo para a conservação do mundo rural e para o desenvolvimento sustentado do País;

Assim, com base no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 291/81, de 14 de Outubro, determina-se o seguinte:

1 — O Estado renuncia ao crédito de juros compensatórios definidos nos contratos ainda em vigor celebrados no âmbito do projecto florestal português financiado pelo Banco Mundial.

2 — Os serviços responsáveis pela gestão desses processos devem notificar todos os interessados do valor actualizado da dívida.

3 — Este despacho produz efeitos em todos os contratos vigentes, incluindo aqueles que se encontram em trânsito de processo de cobrança.

4 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 21 976/2005 (2.ª série). — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecora com a medalha militar de prata de serviços distintos o tenente-coronel piloto aviador Rui Manuel Pires de Brito Elvas.

14 de Setembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

Despacho n.º 21 977/2005 (2.ª série). — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do artigo 25.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º e do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecora com a medalha da Cruz de São Jorge, 4.ª classe, o sargento-ajudante de infantaria Luís Acácio Gonçalves Rocha.

27 de Setembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

Despacho n.º 21 978/2005 (2.ª série). — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 17.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecora com a medalha de cobre de serviços distintos o sargento-chefe Carlos Batista Seixas.

27 de Setembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

Despacho n.º 21 979/2005 (2.ª série). — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do artigo 25.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º e do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecora com a medalha da Cruz